



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2018

MESA: PRESIDENTE: Vítor Manuel Coelho Barros (PS).

SECRETÁRIOS: Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS).

HORA DE ABERTURA: 09 horas e 45 minutos.

PRESENCAS: António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Manuel de Sousa e Silva (PS), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), António Lopes Ribeiro (PSD), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS), João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS).

Estiveram igualmente presentes os Srs. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Pedro Miguel Mouro Lourenço e Vereadores Dr. Daniel David Gomes Martins, Dr.^a Teresa Cristina Castanheira de Almeida Sobrinho, Dr. José Manuel da Silva Tavares, Dr. Francisco José de Matos.

LOCAL: Salão Nobre dos Paços do Concelho de S. Pedro do Sul.

FALTAS: Rogério Fernandes Duarte (PSD), Custódio Pinheiro da Rocha (PS).

ORDEM DE TRABALHOS:

1. Período de Intervenção do Público.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Período de Antes da Ordem do Dia:

- 2.1 - Aprovação da ata do dia 15/02/2018;
- 2.2 - Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos;
- 2.3 - Outros assuntos.

3. Assuntos da Ordem do Dia:

- 3.1 - Análise da Informação sobre a Atividade e Situação Financeira do Município;
- 3.2 - Eleição de representante dos Presidentes de Junta de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil (*alínea i) do artigo 41º da Lei nº 27/2006, de 3 de julho, na sua redação atual*);
- 3.3 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Parque Industrial de Pindelo dos Milagres – Alteração ao Plano Diretor Municipal de São Pedro do Sul – Retificação da deliberação de 15 de fevereiro de 2018”;
- 3.4 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal do ano de 2018”;
- 3.5 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “Documentos de Prestação de Contas do ano de 2017”;
- 3.6 - Apreciação e Votação da Proposta apresentada pelo Executivo sobre “1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos do ano de 2018”.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA:

Publicações:

- “Ecos da Gravia”, referente aos meses de janeiro a março de 2018;
- Jornal “Voz das Misericórdias”, referente aos meses de janeiro a março de 2018;
- Jornal “Associação”, referente ao mês de fevereiro de 2018 (trimestral);
- “Revista das Assembleias Municipais”, referente aos meses de janeiro a março de 2018.

Mails:

- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 20/02/2018, a remeter Projeto de Resolução n.º 1342/XIII/3ª – Reversão da privatização dos CTT;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleia Municipais, datado de 12/02/2018, a remeter programa e ficha de inscrição relativos ao “2.º Encontro Nacional das Assembleias Municipais”, decorrido no dia 3 de março, em Lisboa;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleia Municipais, datado de 09/03/2018, a remeter resenha das intervenções, moção aprovada, relatos da comunicação social e valor das quotas para 2018, provenientes do “2.º Encontro Nacional das Assembleias Municipais”, decorrido no dia 3 de março, em Lisboa;
- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleia Municipais, datado de 15/03/2018, a informar da data do 1.º Congresso da ANAM e a solicitar o pagamento da quota anual;
- Do Grupo Parlamentar “Os Verdes”, datado de 26/03/2018, a remeter pergunta dirigida ao Ministério das Finanças sobre a falta de apoios às Juntas de Freguesia para o serviço de entrega das declarações de IRS;
- Da CPCJ de S. Pedro do Sul, datado de 04/04/2018, a convidar para a participação na ação “O Plano de Treino para a Felicidade”, a realizar no dia 16 de maio, em Santa Cruz da Trapa;
- Do Gabinete do Primeiro-Ministro, datado de 04/04/2018, a acusar a receção da moção aprovada na sessão do dia 15/02/2018;



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- Da ANAM – Associação Nacional das Assembleias Municipais, datado de 12/04/2018, a remeter programa, ficha de inscrição e regulamento do “1.ª Congresso Nacional da ANAM”, a realizar no dia 19 de maio, em Mafra.

Ofícios:

- Da ACES Dão Lafões - Agrupamento de Centros de Saúde de Dão Lafões, datado de 18/03/2018, a dar resposta ao ofício n.º 8 da Assembleia Municipal, de 22/02/2018;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 18/03/2018, a remeter Relatório de Avaliação do ano de 2017 relativo ao Estatuto do Direito de Oposição;
- Da Presidência da República, datado de 06/04/2018, a acusar e agradecer o envio da moção aprovada na sessão de fevereiro;
- Do Grupo Parlamentar do PSD, a remeter Projeto de Resolução apresentado pelo PSD na Assembleia da República para Construção de ligação rodoviária de autoestrada em perfil de autoestrada entre Viseu e Coimbra, garantindo uma solução não portajada;
- Da Câmara Municipal de São Pedro do Sul, datado de 19/04/2018, a propor os assuntos a serem discutidos na sessão ordinária do mês de abril de 2018.

Faltas:

- Do Deputado Municipal Rogério Fernandes Duarte, datado de 20/04/2018, à sessão do dia 27/04/2018.

Convites:

- Da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de S. Pedro do Sul, para a cerimónia pública de Tomada de Posse do novo comandante da corporação

Verificada a existência de quórum, foi pelo Presidente da Assembleia Municipal declarada aberta a presente sessão, dando conhecimento que o Presidente de Câmara Municipal não iria estar presente na sessão, em virtude de ter sido submetido a uma intervenção cirúrgica e que iria ser representado pelo Vice-Presidente. Informou ainda que o Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo apresentou, na presente data, pedido de suspensão do mandato a partir do dia 30 de Abril e até ao final do corrente ano, por motivos profissionais, pelo que iria ser substituído pelo elemento seguinte da sua bancada. De seguida, procedeu à abertura do **Período de Intervenção do Público** e não se tendo verificado nenhuma intervenção, deu início à abertura do **Período Antes da Ordem do Dia**, começando por colocar à votação a ata do dia 15/02/2018, tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma, com dispensa da sua leitura, em virtude do texto da mesma haver sido distribuído previamente por todos os membros da Assembleia Municipal. -----

Nota: Os Deputados Municipais que estiveram ausentes na sessão em causa não intervieram neste ponto. -----

De seguida, verificaram-se as seguintes intervenções: -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Desejou, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, um rápido e bom restabelecimento ao Presidente da Câmara Municipal. Depois, solicitou esclarecimento às seguintes questões: primeira, o facto do Deputado Municipal Rogério Duarte não ter sido substituído na presente sessão. Segunda, se a Câmara Municipal definiu algum perímetro de proteção na zona termal, em termos da reflorestação, porque é importante que toda aquela zona, ao ser reflorestada, tenha em conta as espécies autóctones de modo a não pôr em causa a questão dos aquíferos. Referiu ainda constar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

que está projetada uma plantação de eucaliptos em toda a encosta que vai das Termas até Baiões, perguntando se é do conhecimento da Câmara, se a Câmara concorda com tal facto e se, em caso contrário, já tomou medidas para que essa plantação seja condicionada pelo que a lei diz, que é haver uma restrição à plantação de eucaliptos, sobretudo em zonas onde eles já existiam, tendo em conta também o perigo que o eucalipto causa às nascentes de água. Terceira, o facto de os Vereadores, os Presidentes de Junta de Freguesia e os Deputados Municipais não terem recebido um convite específico para participarem nas ações que estavam previstas nas comemorações do 25 de Abril. Referiu que o executivo tem toda a legitimidade para definir a maneira de comemorar Abril e que não iriam tecer qualquer juízo de valor quanto ao programa, apenas teria sido bom que os eleitos tivessem informação a este respeito e fossem convidados a participar.-----

Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes (PS): Apresentou, em nome do Grupo Parlamentar do PS, a seguinte intervenção: “A Revolução do 25 de Abril foi em 1974. E foi em 1975, 1976 e por aí adiante. E foi anteontem. E foi ontem. E é hoje. E sê-lo-á amanhã e depois... e depois... Assim esperamos. Reinventando-a conforme as necessidades e as circunstâncias. Sempre. E porquê? Porque é sinónimo de Liberdade. De Democracia. De Justiça. Porque escancarou as portas da educação a todos. Porque trouxe mais crescimento económico e muito, muito desenvolvimento. Nós, que experimentamos o antes e o depois de abril de 1974 - e temos memória! - sabemos bem quanta diferença se fez neste entretanto. Como eram as nossas terras e gentes... E como estão, hoje, as nossas terras e gentes... Portugal era, então, um país triste, aperreado e em guerra nas colónias. Um octopus, com a cabeça em Lisboa e os tentáculos em África e Ásia... Chegaram a ser oito esses tentáculos, mas àquela data restavam seis, que, abnegadamente, procuravam também a descolagem da cabeça autoritária e uma vida própria. Conseguiram. Com mais ou menos tribulações, mas conseguiram. E nós, por cá, também demos o salto qualitativo que faltava. O povo, sempre decisor e sábio, e já livre dos espartilhos, foi optando por esta ou aquela solução político-partidária para a governança do país e por esta ou aquela personalidade para a Presidência da República. E nas autarquias foi acontecendo o mesmo. Desde as escolhas para as Assembleias e Juntas de Freguesia até às Assembleias e Câmaras Municipais. E nas coletividades a mesma coisa, instaurou-se a prática democrática. Bem como na generalidade das direções de organismos públicos e privados. Por isso estamos aqui, nesta assembleia. Sem Abril não estaríamos aqui, certamente. E estamos sem polícias à espreita e sem controlos políticos. De livre vontade e por escolha dos eleitores. Fazendo Abril acontecer. E a florescer. Decidindo o que pensamos ser melhor para o nosso concelho nas respostas às suas necessidades. Sempre acertadamente? Não. Às vezes com erros. Tal como acontece na vida de cada um de nós, também a decisão em favor do coletivo por vezes pode não ser a mais acertada. Mas não deixa de ser uma opção livre e convicta, discutida e publicamente escrutinada por todos. E periodicamente submetida a avaliação pelos concidadãos. E a todos os heroicos fazedores da Revolução de Abril o devemos. Civis e militares. Não é necessário salientar este ou aquele, deste ou aquele quadrante, pois todos foram necessários para que a “dona disto tudo”, de seu nome Ditadura, uma velha de 48 anos, feia e má, caísse de vez. De um país a preto e branco passamos, claramente, a um país colorido e bonito. Alegre. Esperançoso. Respeitado. Compete-nos, agora, manter o sistema de alarme ativo perante a onda de nacionalismos populistas, xenófobos e racistas que vão grassando e desgraçando esta nossa Europa, que tanto, tanto custou a unir e a pacificar. Com o risco claro de retrocesso. E lutar

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

contra todo o tipo de messianismos é urgente. Porque a História da Humanidade está cheia deles e dos seus desmandos. Somos um país pequeno e aberto à globalização plural e o que se passa lá fora tem e terá efeitos em Portugal. Sói dizer-se que um espirro lá dá tempestade cá... Portanto, façamos escola, façamos pedagogia onde quer que seja, pois não há melhor bem político para a vivência de cada um e de todos que o da democracia. A Revolução da Liberdade foi há 44 anos. Mas ela continua todos os dias. Celebremo-la continuamente. Não esqueçamos de regar frequentemente os cravos do jardim. Porque Abril é, afinal, quando quisermos. Um viva a Abril de 1974! Um viva a Portugal! Um viva a S. Pedro do Sul!” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Perguntou o que é que a Câmara Municipal pretende fazer em relação à proteção da floresta, à proteção da população e das freguesias do concelho, tendo em conta a nova legislação, as informações que têm passado pelos colaboradores do município junto das populações e das ações de sensibilização que têm sido feitas pelas freguesias, ou seja, o que é que pretende fazer na área da proteção das vias, que intervenção vai fazer a nível da chamada obra. Alertou para o perigo das derrocadas nas zonas onde houve incêndios, colocando em perigo algumas aldeias. Referiu também haver informação no sentido de intervenção do encaminhamento das águas pluviais e que, até à presente data, isso não aconteceu. Por último e relativamente ao corte das árvores, disse haver estradas que vão ficar sem as barreiras de proteção natural, que eram as árvores, questionando a Câmara Municipal se pretende fazer um levantamento desses locais de maior perigo para, no futuro, investir em rails de proteção. -----

Deputado Municipal Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS): Após desejar votos de rápidas melhoras ao Presidente da Câmara Municipal, referiu ter sido com muito orgulho que ouviu o mesmo comunicar, conjuntamente com outros Presidentes de Câmara, a requalificação do IP3 em 85% da sua extensão pelo valor de 134 milhões de euros, a suportar pelo Orçamento Geral do Estado, a qual já era esperada há muito tempo na nossa região, principalmente nos 14 municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal, assim como a aprovação da candidatura da Ecopista no valor de 3,3 milhões de euros, que vem trazer progresso e turismo à Região de Lafões. -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que seria também oportuno abordar a questão das bocas-de-incêndio, pois que a floresta é um bem precioso para o nosso país e para toda a população em geral. Relativamente à floresta ardida, nomeadamente o pinhal de Leiria, referiu que o Estado foi buscar milhões da venda do lenho, e que gostaria de saber se esses milhões vão ser aplicados na florestação, na reconversão da floresta. Relativamente à moção apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD na última sessão da Assembleia Municipal, que teve algumas modificações na sua redação a pedido de alguns elementos de ambas as bancadas, perguntou se houve resposta a essa moção e qual o ponto da situação em que se encontra. Solicitou à Câmara Municipal a requalificação do parque em Bordonhos, junto ao ribeiro, onde tinham sido colocadas uma manilhas e uns manjericos no seu primeiro mandato, uma vez que começaram a fazer obras. Por último, perguntou qual o ponto de situação da comissão municipal de avaliação dos incêndios florestais. -----

Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Usou da palavra, dizendo o seguinte: “No dia em que tomei posse, o Sr. Presidente prometeu duas obras para São Félix, que era o saneamento e o alcatroamento de uma estrada. Nas adjudicações feitas e amplamente divulgadas no facebook, essa estrada que foi novamente prometida para 2018, já

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

tinha sido prometida para 2017, até agora nada, e eu perguntava ao Sr. Vice-Presidente o que é que tem em mente para a nossa freguesia para este ano. Aproveito também para perguntar quando é que a estrada entre São Félix e Casal é intervencionada, que é uma obra que também foi prometida pelo Sr. Presidente, em campanha, e até agora eu não vejo lá nada a ser feito. Quero também deixar aqui presente que desde que exerço funções como Presidente nesta Junta, tenho solicitado ao executivo para intervir em várias questões que surgem no dia-a-dia e até agora as poucas respostas que tive, que foram duas, uma por e-mail e outra por telefone, foram negativas, todas as outras até agora nem sequer resposta tiveram. Por exemplo, nós pedimos um espelho que depois de uma intervenção num muro feita pela Câmara Municipal, o espelho partiu-se e não tivemos resposta nenhuma. Entretanto, vim a saber que a Câmara Municipal colocou um espelho idêntico noutra local da freguesia, sem sequer nos perguntar nada, nós nem sequer fomos levados em conta nisto. Depois houve alguém da Câmara que me ligou a perguntar se nós não tínhamos recursos para colocar o espelho onde pedimos. Aquilo que estou aqui a pedir é que todos nós, Presidentes de Junta, sejamos respeitados, e esse respeito passa por nos informarem daquilo que vão fazer na freguesia, de olharem para as coisas que nós enviamos para cá, podem ser pequenas, mas olhem, dêem-nos uma resposta, porque depois quem dá a cara junto da população somos nós. Eu tenho um telefone, está sempre disponível 24 horas por dia, liguem-me, mandem e-mails. Nós estamos aqui apenas com um objetivo, que é servir a população da melhor forma possível, sem olhar a cores políticas ou reeleições futuras.” -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Relativamente ao parque de Bordonhos, disse ter já falado na Câmara Municipal sobre isso. No que diz respeito ao saneamento, referiu que as obras, em termos de prazo, estão a decorrer relativamente bem, mas que era importante o Sr. Presidente da Câmara, de vez em quando, passar lá a fazer uma visita. Disse também que apesar de ser uma obra que foi adjudicada pela Câmara Municipal, recebe todos os dias dezenas de chamadas quando falha a água; que a Câmara Municipal é a detentora da água, mas quando falha a água ligam ao Presidente da Junta, não é à Câmara Municipal. Referiu que os Presidentes de Junta deveriam ser mais ouvidos, que deveria haver uma melhor interação e mais cooperação, que as suas opções políticas e intervenções não deveriam nunca ser tomadas em conta no que diz respeito à execução de obra numa freguesia. Disse ter ganho as últimas eleições com alguma margem política e a obra que fez foi literalmente zero, pelo que a Câmara Municipal deveria ver as freguesias como a sua, que não têm onde se agarrar, não têm dinheiro para comprar um sinal de trânsito ou um espelho.

Presidente da Assembleia Municipal: Sobre a questão da substituição do Deputado Municipal Rogério Duarte, referiu que na comunicação enviada, não pediu a sua substituição, e que a partir do momento que sai a convocatória já não é possível proceder-se a qualquer substituição.-----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu ter participado em todas as revisões do Regimento desde que está na Assembleia Municipal e que um dos pontos que foi bem discutido com os seus colegas é que era impossível pedir-se a substituição se não se souber a data da reunião, tendo ficado decidido que quando se recebe a data da sessão, tem-se dois ou três dias para se comunicar a falta. Disse ainda que, para evitar este constrangimento, ficou a sugestão de na sessão anterior comunicar-se a data prevista para a sessão seguinte. Ora, não se sabendo qual é a data anunciada, perguntou como é que iriam saber se vão, ou não, ter sessão?-----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presidente da Assembleia Municipal: Disse não haver no Regimento nenhuma norma que desencadeie o mecanismo de comunicação ao substituído, propondo que a respetiva comissão aprofunde a questão e faça um aditamento ao Regimento no sentido de introduzir uma norma para o efeito. Relativamente à questão da moção, referiu já ter havido resposta da Presidência da República e do Gabinete do Primeiro Ministro a comunicar a receção da mesma. -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Começou por enviar, em nome do Presidente da Câmara Municipal, cumprimentos para todos os membros da Assembleia, informando que a operação a que foi submetido correu bem. Depois e respondendo às questões que foram levantadas, disse o seguinte: “Respondendo à Dr.^a Ester, a questão da reflorestação está a ser acautelada e o caso específico que levantou, que presumo seja uma situação junto a Quintela, nós já reunimos com a população dessa aldeia e estamos em “negociações” com o ICNF, para que de facto não seja feita aquela plantação naquele local, porque não faz sentido quer pela proximidade às Termas, quer sobretudo pela proximidade à localidade de Quintela. A própria população tem estado a acompanhar. Relativamente ao programa do 25 de Abril, de facto não foram convidados nem os membros da Assembleia Municipal do PS, nem do PSD, nem os Senhores Vereadores da oposição, foi só convidado, à semelhança dos mandatos anteriores, um representante da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Junta de São Pedro do Sul, para a cerimónia do hastear da bandeira. Há muitos anos atrás quando faziam isso, eram só praticamente os que estavam a hastear a bandeira e não havia público, as pessoas não estão muito vocacionadas para este tipo de gala, que dura minutos. O que nós fizemos foi, e pedimos desculpa por isso, ao contrário do que já fizemos noutros anos, que o fizemos aqui em sessões e aí toda a gente é naturalmente convidada, foi um mero ato simbólico de hastear a bandeira, até porque logo de seguida tínhamos a prova de atletismo. Depois os bombeiros quiseram-se associar com a banda, que inicialmente não estava previsto, acabou por ser assim uma cerimónia mista, mas no fundo apenas o hastear da bandeira. Portanto, à semelhança do que é tradição aqui no Município, é convidado o Presidente da Assembleia Municipal ou um membro da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara e Sr. Presidente da Junta de São Pedro do Sul, tem sido essa a prática. No futuro, mesmo para esta ação simbólica, se acharem que é conveniente, nós podemos convidar todos os membros da Assembleia Municipal e Srs. Vereadores da oposição. Relativamente ao Sr. Presidente da Junta de Valadares, tem razão no que disse, a alteração legislativa que houve e até algumas situações para nós ainda são de certa forma de interpretação difícil. Por exemplo, a questão das coimas: tem estado a ser dilatado o tempo para as pessoas que não limpam e a GNR não vai aplicar coimas, pelo menos até 31 de maio. Portanto, estas situações de certa forma ainda não estão muito clarificadas. Depois das ações de sensibilização que foram feitas e depois da colaboração das Juntas, nós colocamos cerca de onze pessoas no terreno a darem a volta a todo o concelho para sensibilizar e fazer o levantamento de todas as situações que existem, porque não havendo cadastro não é fácil para nós, não é fácil para as Juntas de Freguesia, muitas vezes também não é fácil para os proprietários, e não tem sido fácil para o nosso Gabinete Técnico Florestal, que tem estado com esta situação, porque tem aparecido muita gente com dificuldades de interpretação da lei e dificuldades de interpretação sobretudo do que é uma edificação, ou não. Eu enalteço aqui o trabalho de todos os técnicos da Câmara Municipal que têm feito um trabalho extraordinário, que não é fácil, até porque o concelho tem uma área enorme e não é fácil chegar a todo o lado. Agora, a Câmara Municipal tem estado a fazer um compasso de espera para perceber até que ponto os proprietários estão, ou



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

não, a limpar. A seguir vamos entrar nas faixas de proteção e o que vai acontecer é que nós vamos começar a entrar em propriedade privada e, em alguns casos, vamos cortar árvores e vamos ficar com elas. Portanto, é uma situação delicada, porque entrar em propriedades privadas, cortar as árvores às pessoas e levá-las, não é fácil. Nós estamos a ver se as pessoas, por iniciativa própria, fazem essa mesma intervenção, porque acabam por ficar com a madeira e porque são áreas imensas para executamos, mesmo com contratação de serviços. Nós estamos a fazer o levantamento ao quilómetro das necessidades e não tem sido fácil também para os Srs. Presidentes de Junta, porque estão mais próximos das populações e são eles que apanham com tudo. Nós temos pessoas que vêm ter connosco a dizer que nos dão os pinhais ou os terrenos só para não fazerem as limpezas, e nós obviamente não podemos ficar com eles. Portanto, é uma situação delicada e acho que a execução destas normas tem que ser feita. Tem havido aqui uma flexibilidade de todas as entidades, inclusive da Câmara Municipal, mas nós, sobretudo no mês de maio, vamos incidir sobretudo nas vias de comunicação, nas estradas mais prementes e aquelas que possam ter mais risco, como é o caso da 227. Relativamente às derrocadas, sobretudo a intervenção em taludes, só agora é que vão ser começadas a ser executadas as intervenções em taludes causadas pelo incêndio de 2016; para 2017 nós fizemos também uma candidatura que quando estiver aprovada é preciso contratar o serviço, é preciso depois ser executado. Eu próprio alertei na altura que isto não faz muito sentido, porque enquanto é aprovado e contratado o serviço, acontece esse problema das derrocadas, e a Câmara Municipal intervir nessas situações cuja responsabilidade não é sua e, sobretudo, o custo não devia ser também seu e, portanto, estamos à espera para que seja, que venha a ser aprovada essa candidatura, ainda assim estando em causa aquelas situações mais prementes e que esteja em causa a segurança das pessoas, vamos intervindo em algumas. Relativamente ao Sr. Deputado Alberto Claudino, o IP3 é muito importante também para São Pedro do Sul. Obviamente também tenho que reiterar que não é suficiente o facto de ficar autoestrada ou similar a autoestrada, também é importante que não tenha portagens e é algo que é transversal a todos os partidos e também uma luta de todos os municípios, sobretudo da nossa CIM, para que tenhamos ali uma autoestrada sem portagens, porque de facto isso é que é essencial, sobretudo para os nossos territórios. Relativamente à Ecopista, não há muito a acrescentar, só dizer que esta candidatura, agora aprovada pelos quatro municípios, não é para ter um traçado igual à Ecopista que já executamos, com aquela tipologia de piso e com aquela iluminação, porque grande parte desse troço vai passar em zonas menos urbanas e, portanto, não irá ter piso em betuminoso, não irá ter iluminação, mas irá ser toda vedada, irá ser toda drenada, irá ser toda compactada e é uma mais-valia para o nosso concelho, porque o nosso concelho acaba por ficar aqui no coração dessa mesma Ecopista. Em relação ao Sr. Lopes Ribeiro, até hoje é, porventura, a intervenção na Assembleia Municipal com a qual eu mais concordo. Grande parte das situações que enumerou aqui e que têm a ver sobretudo com a área, estava vertida na moção que saiu daqui, portanto não há muito mais a acrescentar, são posições que acabaram por ser unânimes aqui na Assembleia Municipal. Relativamente ao parque de Bordonhos, também está a ser equacionado; a obra da grande ETAR, que está a ser feita, também vai passar por ali e, depois disso, acho que faz sentido e já está prevista a intervenção naquele pequeno jardim. Quanto à comissão municipal de Incêndios, foi nomeado agora o nosso Comandante Operacional Municipal e é uma situação que depois ele irá articular para que rapidamente reúnam e daí saia alguma informação que depois possa ser transmitida à Assembleia Municipal.

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

No que toca ao Sr. Presidente da Junta de São Félix, eu percebo muitas vezes as vossas angústias, vocês não pensem que são prejudicados por serem do PSD ou por serem independentes, acreditem que não é, porque os próprios Presidentes de Junta do Partido Socialista queixam-se das mesmas coisas, não é fácil ser Presidente de Junta, porque vocês estão muito próximos das populações e são os primeiros a apanhar com os problemas, mas quando foram eleitos também já sabiam que seria assim. Nós tentamos sempre ajudar, da minha parte eu tento sempre ajudar sempre que me ligam, sempre que pedem para falar comigo. As áreas que especificou aqui não são diretamente dos meus pelouros, ainda assim o Sr. Presidente da Junta de São Félix, desde que eu estou na Câmara, nunca que me telefonou ou nunca pediu nenhuma reunião comigo, porque são áreas que não têm a ver comigo, mas todos os Presidentes de Junta que pedem para falar comigo ou quando me telefonam eu tento sempre devolver a chamada. Concretamente nas obras que falou, sobre a estrada de Vila Nova para a Torre, já foi feito o levantamento, já foi feito o caderno de encargos e está para ser lançada assim que houver disponibilidade financeira, esperamos que ainda seja durante o ano 2018. Também foi feito o levantamento topográfico e está a ser negociado o terreno com o proprietário na zona de Sacados para o saneamento, que foi candidatado, à semelhança de outros de outras freguesias (Carvalhais, Santa Cruz da Trapa, etc), pela POSEUR, estamos à espera de aprovação e, sendo aprovado, também será para ser executado. Portanto, a Junta de Freguesia de São Félix não está esquecida. Aliás, em 2017 teve bastantes obras e a questão do espelho penso que decorreu daquela estrada em Nespereira Alta. A questão do espelho, vou mandar averiguar, mas muitas vezes temos pessoas que são especialistas na questão do trânsito, são eles que dizem ou que definem prioridades e há muitas situações que nós, executivo, nem sabemos. Acredito que tenha razão, muitas vezes essas situações não nos chegam diretamente, nós confiamos nas pessoas que temos no terreno, senão era impossível o executivo andar a controlar um espelho, onde é que é melhor a sua localização. Temos situações de paragens de autocarro em que as pessoas nos dizem que é preciso ali um sinal de paragem de autocarro e nós até acedemos e passados dois dias temos cá dois ou três vizinhos a dizer que o sinal é ao lado ou que é mais abaixo. Também temos o inverso da questão, em que muitas vezes as pessoas vão às sessões de Junta de Freguesia e dizem “falta ali um espelho”, vocês respondem “isso é com a Câmara”, as pessoas vêm aqui à Câmara, nós não sabemos se aquilo é premente ou não, mandamos lá alguém e muitas vezes vocês acabam por não saber isso. De facto as coisas são com a Câmara, mas há essa falta de articulação. Da minha parte, estou sempre disponível, e acho que todo o executivo, para que essa articulação possa ser melhorada.-----

Deputada Municipal Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD): Referiu que foi deliberado na anterior sessão a realização de uma comissão para análise e avaliação dos incêndios, perguntando qual era o ponto de situação. Disse também que gostaria que existissem nas sessões meios audiovisuais, ou seja, um data show para projetar, computador, tela e um projetor, porque era importante vermos as imagens do que se passa no nosso concelho. Por último, alertou para o pagamento das senhas de presença dos Deputados Municipais, que estão sistematicamente em atraso.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Relativamente à comissão para análise a avaliação dos incêndios, referiu que o Comandante Operacional Municipal e os dois partidos vão definir os critérios para ser feita reunião e analisar essa questão. Relativamente aos meios audiovisuais, disse que os mesmos serão disponibilizados sempre que alguém o solicite. Sobre as senhas de

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

presença, respondeu que no passado demoravam mais tempo a pagar e nunca houve reclamações, mas que, ainda assim, iria ter isso em atenção. -----
Presidente da Junta de Freguesia de São Félix Luís Carlos Henriques Figueiral (PSD): Relativamente às pequenas questões que falou, referiu que não era só o espelho que estava em causa, eram muitas outras situações, tais como caminhos florestais, em que as pessoas querem limpar os terrenos ou os pinhais e estes não estão acessíveis nem a máquinas, nem a tratores, devido aos caminhos estarem muito estragados; assim como os buracos que é preciso tapar e que a Junta não tem máquinas nem mão-de-obra, tendo de subcontratar, ficando muito mais caro a todos.-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Respondeu que a Câmara Municipal tem perfeita noção em relação aos caminhos, pois todas as Juntas de Freguesia se queixam e têm, infelizmente, esses problemas. Disse que são áreas gigantescas e que tiveram máquinas avariadas, algumas estão a trabalhar, que são máquinas muito antigas que estão a tentar reparar, mas que atendem sempre os pedidos mais prioritários, sendo que o pedido do Presidente da Junta de Freguesia de São Félix e os outros não estão esquecidos.-----

Presidente da Junta de Freguesia de Valadares Pedro Dias Vasconcelos Soares (PSD): Em relação às faixas de proteção, referiu ter ficado agradado com a informação de que a Câmara Municipal vai intervir, desejando que essa intervenção fosse o mais rápido possível, embora se tenha que ter em conta toda a questão legal e a sensibilização de corte das árvores, ou seja, como é que se vão cortar as árvores, se os proprietários podem, ou não, ficar com o material lenhoso, se tem que haver, ou não, um edital, e se as árvores têm que ser postas em estaleiro, sendo que existe um prazo para os proprietários poderem recolher esse material lenhoso. Disse ainda o seguinte: “A grande questão é que não se pode dizer às pessoas que são obrigadas a limpar ou obrigadas a cortar. Na minha freguesia houve situações em que as pessoas foram informadas que tinham que limpar as faixas, mas não têm que limpar. Acho que sim, a Câmara Municipal e nós, Juntas de Freguesia, podemos colaborar na questão das árvores sobre a via; há um conjunto de notificações que a Câmara pode fazer diretamente para as pessoas terem que fazer essas intervenções. Tenho um caso de um caminho florestal que nós queremos abrir, em que o proprietário deu autorização para abrir o estradão e agora diz que não, porque no futuro não é só o estradão, é o estradão e mais dez metros para cada lado. Nós, Juntas de Freguesia, estaremos cá disponíveis para informar e para ajudar, agora vejo muita gente a limpar à beira das estradas. Sei também que temos as situações das Estradas Nacionais que será a Infraestruturas de Portugal que irá, esperemos nós, resolver essas situações. Relativamente à área da defesa da floresta, esperamos também que haja alguma intervenção, no mês de maio, na questão dos estradões para dar apoio à primeira intervenção aos bombeiros e às autoridades, de poderem apoiar em caso de incêndio. Também tem havido já alguns incêndios, também na minha freguesia, porque as pessoas, depois das limpezas, deixam a fogueirinha. Esperamos que haja uma rápida intervenção no mês de maio para chegarmos ao encontro das necessidades, cada um com as suas responsabilidades, para tentarmos gerir melhor este processo. Para terminar, convido todos os presentes para a 17ª Festa da Laranja, que vai iniciar-se hoje até domingo, por isso, são todos bem-vindos à freguesia de Valadares.”-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Relativamente ao que disse o Presidente da Junta de Freguesia de Valadares, também pede a todos os Presidentes de Junta para ajudar a clarificar toda esta informação, porque por vezes as pessoas gostam de interpretar à maneira delas.



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu que a Câmara Municipal fez ações de sensibilização em todas as freguesias, que a questão das faixas de proteção foi explicada, também pela Eng^a Mónica enquanto técnica do GTF, foi especificado que a responsabilidade era do Município, mas se os próprios proprietários iniciarem esse processo, era melhor para eles, porque vão andar na sua própria propriedade e são eles que cortam a madeira. -----

Deputado Municipal António Lopes Ribeiro (PSD): Referiu que, relativamente a este assunto, vai ser completamente impossível dar cumprimento à lei até ao final do mês de maio, que tem que haver aqui bom senso por parte da autarquia, por parte do estado, por parte do governo e por parte das pessoas e é verdade que existem proprietários a querer oferecer as propriedades à Câmara para esta fazer a limpeza. Disse ainda que: “O meu falecido pai deixou fazer um alinhamento, que a Câmara licenciou e é um privilégio os meus vizinhos, pois eu agora limpo a propriedade e eles aplaudem e ainda gozam, estou da parte de dentro da vedação e ainda gozam, ora, isto sinceramente não tem cabimento nenhum. Isto vem um pouco ao encontro à moção que apresentamos na última sessão e tem de ser clarificado. É possível Senhor Vice-Presidente que a Sr^a Eng^a Mónica possa dizer o que é que hei-de cortar na faixa de proteção, porque o Presidente da Junta diz uma coisa, o outro Presidente da Junta já diz outra, este tem uma avaliação, eu tenho outra avaliação. Isto é um descabimento a nível da floresta, a nível das áreas florestais e a nível da proteção das estradas, ou seja, nós vamos chegar ao verão e não vamos ter uma sombra sequer. Eu tenho uma propriedade com uns eucaliptos, foram lá os técnicos, depois foram os fiscais, depois os serviços florestais, depois multaram-me, isto antes do incêndio, eu agora ando a plantar castanheiros, há três anos, naquela propriedade e tenho quase a certeza que para o ano volto novamente a plantar castanheiros. Era bom que hoje nesta sessão ficássemos esclarecidos o que é que se vai cortar, quando, onde e como, o que é que fica e o que é que não fica.” Por fim, disse ter ficado extremamente admirado e feliz com o Vice-Presidente, que pela primeira vez elogiou as suas intervenções, e aplaudiu o Deputado Municipal António Augusto Ferreira Gomes no discurso apresentado, sobre o 25 de Abril. -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse reiterar o que o Deputado Municipal António Lopes Ribeiro referiu sobre a questão das florestas, que faz suas as palavras dele, que tem havido, por parte da interpretação e por parte dos organismos, alguma contrainformação que tem baralhado os munícipes, mas que a Câmara Municipal fez catorze sessões de esclarecimento, que ele próprio podia ter ido a uma delas, pelo que não há necessidade de estarem outra vez com essa ação de sensibilização. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deu, então, início à análise e discussão dos assuntos da **Ordem do Dia**: -----

3.1 - ANÁLISE DA INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO: -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Relativamente a este ponto, esclareceu que a execução orçamental estava dentro dos parâmetros, que a dívida baixou ligeiramente quando comparada com a do final do ano, sendo que discutiriam e analisariam com mais pormenor este assunto quando entrassem no ponto 3.5, se assim o desejassem. Não se tendo verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal passou à análise do ponto seguinte da Ordem do Dia. ---



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3.2 - ELEIÇÃO DE REPRESENTANTE DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA PARA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ALÍNEA I) DO ARTIGO 41º DA LEI Nº 27/2006, DE 3 DE JULHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL): --

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista A para efeitos de votação:

- Efetivo: José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões;
- Suplente: Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva.

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata apresentou proposta escrita nos seguintes termos, passando a constar como Lista B para efeitos de votação:

- Efetivo: Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares;
- Suplente: Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix.

De seguida passou-se à votação das propostas apresentadas, por escrutínio secreto, tendo-se verificado a seguinte votação:

- Lista A – 21 (vinte e um) votos;
- Lista B – 12 (doze) votos.

Perante a votação, ficou eleito para representante na Comissão Municipal de Proteção Civil:

- Efetivo: José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões;
- Suplente: Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva.

3.3 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “PARQUE INDUSTRIAL DE PINDELO DOS MILAGRES – ALTERAÇÃO AO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL – RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2018”: -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.4 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO ANO DE 2018”:

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Usou da palavra, referindo que tendo em conta que este ponto e os seguintes integravam a ordem de trabalhos da última reunião de Câmara, que por sua vez originou uma ação junto do Tribunal Administrativo, gostariam de ter um esclarecimento mais concreto do que se passou e que motivou essa ação, solicitando que fosse ouvido o Vereador Daniel Martins para, perante a Assembleia Municipal, poder clarificar essa situação. -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Respondeu não ver inconveniente nenhum, sendo certo que a reunião de Câmara foi realizada, as deliberações foram remetidas à Assembleia Municipal para votação e que os elementos do PSD têm que decidir se votam contra, se a favor ou se se abstêm, sendo certo que quer este ponto, quer os dois seguintes, decorrem dessa reunião de Câmara e portanto se não participarem, a reunião para eles acaba aqui, se for essa a

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

interpretação do PSD, e que os restantes continuarão com os trabalhos. Relativamente à ação junto do Tribunal Administrativo, disse que o Município, de momento, não tem conhecimento de nenhuma ação e que se houver irão depois analisar. -----

Presidente da Assembleia Municipal: Referiu que a Assembleia Municipal é um órgão completamente diferente da Câmara Municipal, é um órgão fiscalizador da atividade da Câmara Municipal, que estes pontos foram aprovados, mas que os vereadores da oposição só terão uso da palavra se houver autorização por parte do Vice-Presidente da Câmara Municipal, a não ser que haja ofensa da honra e, aí, o Presidente da Assembleia Municipal tem que intervir. -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Referiu que os vereadores da oposição, legitimamente, tomaram uma posição, que havendo uma ação no Tribunal Administrativo a Câmara Municipal, até à presente data, não tem conhecimento, esclarecendo que: “A primeira reunião de abril foi antecipada e a segunda foi na sequência da primeira. Eu percebo perfeitamente o ponto de vista, porque também já estive na oposição, estas questões já aconteceram no passado e houve sempre bom senso de ambas as partes. Eu relembro um aspeto que acontecia no passado, que era legalmente possível, em que muitas vezes chegávamos às reuniões de Câmara e tínhamos quatro/ cinco pontos introduzidos naquele momento e só naquele momento é que tínhamos conhecimento deles e nunca tivemos problemas em relação a isso. Houve aqui uma questão que tem a ver com o facto de que está a ser criada, aliás já veio a esta Assembleia no mandato anterior o pedido de autorização de adesão, uma Empresa Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, e estão a ser elaborados os estatutos e o objeto social dessa empresa e nas várias reuniões técnicas entre todos os municípios, estava a ser de certa forma consagrado que o assunto fosse discutido, em todos os municípios, mais ou menos na mesma data quer em reuniões de Câmara, quer nas sessões da Assembleia, para não haver dispersão. Acontece que andamos aqui a fazer compasso de espera, fez com que tivéssemos o processo atrasado e não foi possível durante o mês de Abril. Por outro lado, a antecipação desta reunião teve a ver com a questão pessoal do Senhor Presidente da Câmara que não quis, de certa forma, tornar pública e também porque a partir do momento em que a primeira reunião de Câmara é antecipada e sendo certo que mesmo que a Assembleia Municipal fosse no dia 30 de abril, as Contas de Gerência de 2017, que tinham que vir a esta Assembleia até 30 de abril, não tinha dado tempo para ir à Assembleia do dia 30.” -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Referiu o seguinte: “O que está em causa é a justificação, penso que sempre foi essa a prática, houve aceitação de alteração de datas desde que houvesse uma justificação e tanto quanto nos é dado conhecer, desta vez não houve qualquer justificação. A reunião foi alterada simplesmente, sem ter sido dado algum motivo claro aos Vereadores e por isso é que nós gostaríamos de ouvir o vereador em causa, porque temos que perceber o desencadear de todo este processo. Uma coisa que podia ter sido simples, se calhar vai ter consequências mais gravosas para todos, porque se efetivamente esta ação avançar, podemos todos correr o risco de vermos as deliberações dessa reunião de Câmara serem anuladas e, como tal, a ratificação que aqui é feita hoje, nesta sessão, também será por arrastamento anulada, são situações que podem ter consequências aborrecidas para todos e que poderiam ter sido evitadas se, efetivamente, no momento tivesse sido dada uma justificação aos vereadores. Acho que a alteração é normal, isso acontece, também estava prevista esta Assembleia no dia 20 e por questões de serviço foi alterada para o dia 27, sem problemas nenhuns. Sempre houve abertura da parte do PSD, como no passado também houve por parte do

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

PS, para esse tipo de situações, agora tem que haver é uma articulação entre os intervenientes e uma justificação plausível para estes pedidos de alteração.” -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Disse o seguinte: “Eu não estive presente, penso que na última e na penúltima reuniões, sei que o assunto foi falado em plena reunião, temos gravação disso e, portanto, o assunto podia ter sido conversado. Ainda assim, aceito para que o formalismo na sua plenitude seja cumprido, que em situações futuras a justificação seja dada de forma mais detalhada, se é isso que está aqui em questão, para não vos causar constrangimentos. Agora, o assunto, ao que sei, foi abordado na última e até na penúltima reuniões de Câmara, eu respeito todas as posições, mas acho que a Assembleia Municipal tem aqui uma ordem de trabalhos e tem que a respeitar e fazer andar.” -----

Vereador Daniel David Gomes Martins: Usou então da palavra, esclarecendo o seguinte: “Não é meu estilo, nem foi para isso que fui eleito, estar a discutir questões formais e queria deixar aqui bem claro que desde a primeira data em que nos foi solicitada a antecipação de uma reunião de Câmara, nós acedemos, porque nos pediram, disseram o motivo e foi mesmo a primeira, no dia da tomada de posse houve a realização simultânea de uma Reunião de Câmara, porque dava jeito ao executivo, e muito bem, para fazerem a distribuição dos pelouros. Já aconteceu noutras circunstâncias, porque nos pediram e explicaram o porquê. O que está aqui em causa, para que fique bem claro, é que nesta reunião de Câmara foi falado que a reunião ia ser antecipada, ponto final e está gravado. O que foi dito pelo Sr. Presidente da Câmara, tanto quanto me recorde, dirigiu-se para a comunicação social, foi que a próxima reunião de Câmara seria realizada no dia 18, não nos tendo sido dado nenhum motivo. Nós não estamos aqui a brincar, já demos prova que estamos aqui para colaborar, sempre que for necessário, com a Câmara Municipal, no sentido de alterar, de adiar, de antecipar e vamos continuar a fazer isso, sem que seja exigido grande formalismo. A única coisa que exigimos, porque acho que nos é devido esse respeito, é que nos digam porquê, e mais, tratando-se, como aparentemente se trata, com a explicação do Sr. Vice-Presidente deu agora, de questões de saúde, bastaria que nos tivesse sido dito em *off*. Se alguém tem um problema de saúde e precisa de ser adiada, por amor de Deus, a reunião é antecipada na hora. Portanto, eu só quero deixar isto bem claro e quero deixar também claro que os nossos motivos de discordância dessa forma de antecipar a reunião foram dados antecipadamente conta ao Sr. Presidente da Câmara no sábado anterior à reunião, portanto deveria ter havido tempo para corrigir esse despacho e ter-se feito a reunião, que era esse aliás o nosso propósito, era isso que nós pedíamos no requerimento, que fosse feita uma substituição desse requerimento por outro que indicasse o motivo, porque escusávamos de ter agora que andar aqui a brincar às ações judiciais, porque é isso que nós vamos ter que fazer e, como é evidente, a anulação dessas deliberações. Caso venha a ser decretada pelo Tribunal, vai ter impacto nesta Assembleia, porque esta Assembleia está a votar decisões que podem vir a ser anuladas pelo Tribunal.” -----

Presidente da Assembleia Municipal: Perguntou ao Vereador se, conhecendo agora os motivos dados pelo Vice-Presidente, não retirava a queixa. -----

Vereador Daniel David Gomes Martins: Respondeu que não a retirava, porque têm tido um bom entendimento entre todos e bastaria um telefonema, que não é formalista quando as explicações são dadas, até porque já foi, por várias vezes, contactado pelo Chefe de Gabinete do Presidente da Câmara que após dar um motivo, não se importa de vir as vezes que forem necessárias. Disse ainda o seguinte: “Ainda há pouco tempo, numa reunião de Câmara, alertámos antecipadamente



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

o Senhor Presidente que havia uma formalidade que não estava a ser cumprida, a reunião repetiu-se passado três ou quatro dias e cá estávamos nós para a fazer. Eu só lamento que tenhamos agora de chegar a este ponto, porque como é evidente, eu avisei com tempo e também não posso deixar de tirar as devidas ilações.”-----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Disse o seguinte: “Ainda assim e reiterando aquilo que eu disse, penso que também na reunião anterior a essa e quando foi tratada a antecipação da primeira, também foi logo focada a alteração da segunda reunião. Portanto, aquilo que eu reitero é que nós cá estaremos para responder ao que possa vir nessa tal queixa, reitero que as contas têm que ser enviadas para o Tribunal de Contas até 30 de abril, reitero que no ponto 3.6 estão situações que têm a ver com a revisão orçamental e que tem a ver com obras que dependem desta revisão orçamental e, portanto, deixo nas mãos da Assembleia Municipal.”-----

Deputado Municipal António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD): Interveio dizendo o seguinte relativamente a este assunto: “Não se trata aqui de uma queixa, no sentido formal, são interpretações e o Tribunal Administrativo é o órgão que realmente tem competência para apreciar quem é que tem razão. Penso que a posição do PSD é simples, porque o PS tem maioria para aprovar o documento, porque também o documento não ia deixar de ser aprovado e nós não estivemos presentes, mas temos de fazer fé naquilo que eles nos dizem, obviamente, porque há ligação partidária, neste caso, entre dois órgãos. Eu penso que o PSD tem aqui uma posição que é, obviamente, votar contra, porque realmente houve, segundo os vereadores do PSD, esse défice, terá havido aqui alguma ligeireza na justificação, alguma picardia, mas que não representa a análise e a votação sobre o método do documento, apenas uma posição política e uma vez que não está em causa a aprovação do documento, acho que ultrapassamos este ponto.”

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Referiu que vai votar politicamente nos pontos que transitaram, que nunca votou contra nenhuma conta, pois não acha isso correto, mas que cada pessoa faz aquilo que quer. A Assembleia Municipal colocou, então, a presente proposta a votação, tendo sido deliberado, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 votos contra** do Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina

**MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**

A S S E M B L E I A M U N I C I P A L

Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Deputada Municipal Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD): Disse que a bancada do PSD vai votar contra este ponto e contra os seguintes, sendo que a posição do PSD nada tem a ver com o teor dos documentos em questão, nem causa constrangimentos ao executivo, pelo que apresentou a seguinte declaração de voto: “Declaração de voto quanto aos pontos 3.4, 3.5 e 3.6 dos Deputados Municipais eleitos pelo Partido Social Democrata - Os deputados que integram o Grupo Parlamentar do PSD declaram que os pontos supra mencionados não deveriam constar da ordem de trabalhos conforme foi exposto pelos vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata. Na verdade, o Senhor Presidente da Câmara Municipal entendeu, por despacho proferido no dia 9 de abril de 2018, o seguinte: "1º - A segunda reunião desta Câmara Municipal respeitante ao mês de abril, realizar-se-á no dia 18 de abril (quarta-feira), pelas 14.00 horas. 2º - Aquela reunião será pública e realizar-se-á no Salão Nobre dos Paços do Concelho". Resulta claro que o referido despacho pretendia antecipar a realização de uma reunião ordinária da Câmara Municipal, no caso, a segunda do mês de abril. De acordo com o art.º 1º, n.º 1 e 3 do regimento que regula o funcionamento das reuniões da Câmara Municipal, "a Câmara Municipal de São Pedro do Sul reunirá às segundas e quartas quintas-feiras de cada mês, pelas 9h30m. Sempre que um dos dias indicados coincida com dia feriado a reunião realizar-se-á no primeiro dia útil imediato, mantendo-se a hora e o local indicados". Este regimento não permite nenhuma possibilidade de antecipar a reunião ordinária, sendo esta apenas possível nos termos previstos no art.º 40º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sendo que o n.º 4 deste artigo esclarece que "quaisquer alterações ao dia e hora objeto da deliberação prevista no n.º 2 devem ser devidamente justificadas e comunicadas a todos os membros do órgão com, pelo menos, três dias de antecedência e por protocolo". O despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul não cumpre este preceito por dois motivos: Primeiro: foi comunicado aos vereadores eleitos pelo PSD por e-mail e não por protocolo, de onde resulta a violação do disposto na parte final do n.º 4 do art.º 40º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; Segundo, o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Sul não contém nenhuma justificação para a alteração visada, pois que não invoca um único facto que sustente a necessidade da antecipação da reunião, de onde resulta a violação do disposto no n.º 4 do art.º 40º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. O despacho em causa, porque não tem nenhuma fundamentação, viola ainda o disposto no n.º 1 do art.º 1º do Regimento das Reuniões da Câmara Municipal, o disposto nos artigos 152º e 153º do Código do Procedimento Administrativo e no n.º 3 do art.º 268º da Constituição da República Portuguesa. A obrigatoriedade de fundamentação que o despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal violou visa, em primeiro lugar, evitar o arbítrio do poder de alteração de uma reunião ordinária que, embora exista, tem de ser justificado e fundamentado para operar os seus efeitos. Para além disso, a determinação contida no n.º 2 do art.º 40º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, de que "as reuniões ordinárias da câmara municipal devem ter lugar em dia e hora



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

certos", visa criar uma rotina, uma periodicidade, que permita aos cidadãos, em geral, e aos vereadores sem delegação de competências, em especial, organizar o seu tempo familiar, social e laboral de modo a poder participar nas reuniões ordinárias. A antecipação contida no despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal de São Pedro Sul põe em causa, mercê da falta de fundamentação, o direito dos vereadores exercerem de forma cabal o seu direito de oposição consagrado na Lei n.º 24/98, de 26 de maio. Todos estes factos foram expostos ao Senhor Presidente da Câmara Municipal com antecedência, permitindo-lhe tempo para poder corrigir a ilegalidade do despacho, o que poderia ter feito com facilidade, substituindo-o por outro que estivesse fundamentado. Por tudo isto, os vereadores eleitos pelo PSD irão recorrer à via judicial para obter a anulação de todas as deliberações adotadas no dia 18 de abril de 2018.

Consequentemente, todas as deliberações que sejam aprovadas por esta Assembleia Municipal na sequência das que foram deliberadas pela Câmara Municipal estarão sujeitas a uma outra ação judicial junto do Tribunal Administrativo com vista também à sua anulação. Por este motivo, o Grupo Parlamentar do PSD vota contra estes pontos sem que daí resulte qualquer juízo ou apreciação quanto ao seu conteúdo, que se não põe em causa por ora.” -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Agradeceu esta tomada de posição do PSD e esta declaração de voto, porque pode vir a ser importante no futuro e, para além da ação judicial, há sempre a interpretação que os munícipes possam vir a ter disto tudo, do resultado do que está a acontecer nesta sessão e que esta posição da totalidade da bancada do PSD fica aqui vinculada para tudo o que possa vir a acontecer no futuro. -----

Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal José Carlos Moreira de Almeida (PSD): Referiu que foram eleitos, independentemente das suas posições pessoais, enquanto autarcas, enquanto relações que têm entre a Câmara e as Juntas de Freguesia, dizendo que: “Nós podemos ter a nossa posição, mas nós temos que ser coerentes, porque fomos eleitos por um partido e quando fomos eleitos pelo partido estamos e temos estado todos no mesmo barco, foi assim sempre que eu vi as coisas desde início, independentemente das posições que foram tomadas antes e depois para comigo e com a minha posição perante o partido, que sempre fui fiel. Sou militante do PSD, fi-lo quando Pedro Passos Coelho assumiu a liderança do partido e a liderança do Governo e, por isso, esta posição é política, face àquilo que é o meu partido, para o qual sempre fui leal e continuarei a ser.” -----

Vice-Presidente da Câmara Municipal: Em resposta, disse já ter acontecido, sobretudo neste mandato, que elementos do PSD começam por dizer que vão votar contra, e depois no resultado da votação existem dois ou três que não votam contra. -----

Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos José Luís Figueiral Morujão (PSD): Referiu que os Presidentes de Junta não deveriam nunca estar aqui, porque são condicionados, dizendo que: “Acho que o Dr. António Carlos, sinceramente, não é pessoa para condicionar ninguém. Aliás, ele disse muitas vezes que virava a cara para o lado para nem sequer ver a votação. É complicado e não é fácil, e eu acho que na verdade a intervenção do Dr. Pedro Mouro, embora pense que não, condiciona quem está ali.” -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2017”: -----



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 votos contra** do Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

3.6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA APRESENTADA PELO EXECUTIVO SOBRE “1.ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO DE 2018”: -----

Não tendo sido verificado nenhum pedido de intervenção, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com **21 votos a favor** dos Presidente da Assembleia Municipal Vítor Manuel Coelho Barros (PS) e Deputados Municipais Manuel de Sousa e Silva (PS), Graça Maria Rocha Perdigão Rodrigues (PS), António Augusto Ferreira Gomes (PS), Fernando José Moreira de Figueiredo (PS), Dalila Maria Gomes Ferreira Pinho (PS), Alberto Claudino Gomes Figueiredo (PS), Marta Susana Alves Palrinhas (PS), Manuel Mouro Pinto (PS), Júlio Fernando Machado Rodrigues Meneses (PS), Ekaterina Malginova (PS), David Homem Andrade Marques da Costa (PS), Vítor Manuel Oliveira Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Figueiredo de Alva (PS), Carlos Manuel Duarte Laranjeira, Presidente da Junta de Freguesia de Manhouce (PS), António Marques Rolo, Presidente da Junta de Freguesia de Pindelo dos Milagres (PS), Rui Henriques Rodrigues Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Pinho (PS), Armando da Silva Amaral Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Serrazes (PS), Paulo Alexandre Pinto



MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Lima, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Maior (PS), José Celso Rodrigues Martins de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Santa Cruz da Trapa e São Cristóvão de Lafões (PS), José Vasco Paiva Martins, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Martinho das Moitas e Covas do Rio (PS) e João Heitor Girão Vieira, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de São Pedro do Sul, Várzea e Baiões (PS) e **12 votos contra** do Deputados Municipais António Carlos Ferreira Rodrigues de Figueiredo (PSD), Maria Ester Vargas de Almeida e Silva (PSD), António Lopes Ribeiro (PSD), Mónica Catarina Fernandes de Almeida (PSD), Luís Manuel Rodrigues da Rocha (PSD), Fernando Joaquim Pinto (PSD), Lina Pereira de Figueiredo Roque (PSD), José Luís Figueiral Morujão, Presidente da Junta de Freguesia de Bordonhos (PSD), Luís Carlos Henriques Figueiral, Presidente da Junta de Freguesia de São Félix (PSD), José Pedro Maurício Pereira, Presidente da Junta de Freguesia de Sul (PSD), Pedro Dias Vasconcelos Soares, Presidente da Junta de Freguesia de Valadares (PSD) e José Carlos Moreira de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Carvalhais e Candal (PSD), aprovar a proposta mencionada em título. -----

Nota: A presente deliberação foi aprovada em minuta e para efeitos imediatos. -----

De seguida o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a presente sessão, quando eram 11 horas e 45 minutos, dela se lavrando a presente ata que vai ser assinada, nos termos legais, pelos Presidente e Secretários da Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

OS SECRETÁRIOS,